



Bruxelas, 4 de novembro de 2016
(OR. en)

12869/1/16
REV 1

COPEN 284
EUROJUST 123
EJN 57

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
n.º doc. ant.:	9603/16
Assunto:	Decisão-Quadro do Conselho 2008/909/JAI relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia – Declarações ao abrigo dos artigos 7.º, n.º 4, e 28.º, n.º 2

Apresenta-se em anexo o quadro atualizado de declarações, com vista à sua publicação no Jornal Oficial nos termos dos artigos 7.º, n.º 4, e 28.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2008/909/JAI¹.

¹ Decisão-Quadro 2008/909/JAI relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, JO L 327 de 15.12.2008, p. 27

**Decisão-Quadro 2008/909/JAI relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças
em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos
da execução dessas sentenças na União Europeia**

<u>Estado-Membro</u>	<u>Art. 7.º, n.º 4</u> <u>(dupla incriminação)</u>	<u>Art. 28.º, n.º 2</u> <u>(disposições transitórias)</u>
REPÚBLICA CHECA	A República Checa declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1. Relativamente à declaração anterior, o reconhecimento das decisões que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade no território da República Checa está sujeito à condição de as mesmas se referirem a factos que também constituam infrações nos termos da legislação da República Checa, independentemente dos seus elementos constitutivos ou da sua qualificação.	
ALEMANHA	O artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro não se aplica à execução de sentenças estrangeiras na República Federal da Alemanha.	

<u>Estado-Membro</u>	<u>Art. 7.º, n.º 4</u> <u>(dupla incriminação)</u>	<u>Art. 28.º, n.º 2</u> <u>(disposições transitórias)</u>
FRANÇA	Nos termos do artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro, a França declara que não aplicará o n.º 1 do referido artigo.	
CROÁCIA	Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro, a República da Croácia declara que um tribunal competente reconhecerá sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade no caso de atos que exibam as características fundamentais de uma infração penal ao abrigo do direito interno, independentemente da qualificação jurídica do ato criminoso estabelecida na sentença recebida.	
IRLANDA	<i>Publicado no JO L 91 de 29.3.2012, p. 28-28</i> Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 4, a Irlanda declara que não aplicará o n.º 1 do mesmo artigo após a entrada em vigor da presente Decisão-Quadro.	<i>Publicado no JO L 91 de 29.3.2012, p. 28-28</i> Em conformidade com o artigo 28.º, n.º 2, a Irlanda declara que, nos casos em que a sentença definitiva tenha sido proferida antes da data de entrada em vigor da decisão-quadro, continuará a aplicar, quer como Estado de emissão quer como Estado de execução, os instrumentos jurídicos existentes em matéria de transferência de pessoas condenadas já aplicáveis antes da presente Decisão-Quadro.

<u>Estado-Membro</u>	<u>Art. 7.º, n.º 4</u> <u>(dupla incriminação)</u>	<u>Art. 28.º, n.º 2</u> <u>(disposições transitórias)</u>
LETÓNIA		Em conformidade com o n.º 2 do artigo 28.º, a Letónia declara que, nos casos em que a sentença definitiva tenha sido proferida dentro de um prazo de três anos a contar da data de entrada em vigor da Decisão-Quadro, continuará a aplicar, enquanto Estado de emissão e de execução, os instrumentos jurídicos relativos à transferência de pessoas condenadas aplicáveis antes da presente Decisão-Quadro.
LITUÂNIA	Nos termos do artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, a República da Lituânia declara que as suas autoridades competentes não aplicarão o artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro.	Em conformidade com o n.º 2 do artigo 28.º, a Lituânia declara que, nos casos em que a sentença definitiva tenha sido proferida dentro do prazo de três anos a contar da data de entrada em vigor da Decisão-Quadro, continuará a aplicar, enquanto Estado de emissão e de execução, os instrumentos jurídicos relativos à transferência de pessoas condenadas aplicáveis antes da presente Decisão-Quadro.

<u>Estado-Membro</u>	<u>Art. 7.º, n.º 4</u> <u>(dupla incriminação)</u>	<u>Art. 28.º, n.º 2</u> <u>(disposições transitórias)</u>
HUNGRIA	Nos termos do artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, a Hungria declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro às infrações nela mencionadas.	
MALTA		Relativamente ao artigo 28.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2008/909/JAI sobre as disposições transitórias, Malta declara que, nos casos em que a sentença tenha sido proferida antes de 5 de dezembro de 2011, continuará a aplicar, enquanto Estado de emissão e de execução, os instrumentos jurídicos relativos à transferência de pessoas condenadas já aplicáveis antes de 5 de dezembro de 2011. O Secretariado-Geral do Conselho poderá desejar publicar tal declaração no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

<u>Estado-Membro</u>	<u>Art. 7.º, n.º 4</u> <u>(dupla incriminação)</u>	<u>Art. 28.º, n.º 2</u> <u>(disposições transitórias)</u>
PAÍSES BAIXOS	Os Países Baixos declaram que o artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro não será aplicado.	<i>Publicado no JO L 265 de 9.10.2009, p. 41.</i> Nos termos do n.º 2 do artigo 28.º, os Países Baixos declaram que, nos casos em que a sentença definitiva tenha sido proferida antes de passados três anos da data de entrada em vigor da Decisão-Quadro, os Países Baixos continuarão a aplicar, quer como Estado de emissão quer como Estado de execução, os instrumentos jurídicos existentes em matéria de transferência de pessoas condenadas já aplicáveis antes da presente Decisão-Quadro.
ÁUSTRIA	A Áustria declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1.	
POLÓNIA	Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 4, da Decisão-Quadro, a República da Polónia declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro (cf. doc. ST 15100/08 do Conselho, de 3 de novembro de 2008).	<i>Publicado no JO L 146 de 1.6.2011, p. 21.</i> Nos termos do artigo 28.º, n.º 2, a República da Polónia declara que nos casos em que a sentença definitiva tenha sido proferida antes de passados três anos da data de entrada em vigor da decisão-quadro, a República da Polónia continuará a aplicar, quer como Estado de emissão quer como Estado de execução, os instrumentos jurídicos existentes em matéria de transferência de pessoas condenadas já aplicáveis antes da entrada em vigor da Decisão-Quadro.

<u>Estado-Membro</u>	<u>Art. 7.º, n.º 4</u> <u>(dupla incriminação)</u>	<u>Art. 28.º, n.º 2</u> <u>(disposições transitórias)</u>
ROMÉNIA	A Roménia declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1.	
ESLOVÉNIA	A República da Eslovénia declara que não aplicará o artigo 7.º, n.º 1.	